

Inflação e quebra dos bancos prejudicam pacote

Mesmo que seja aprovado pelo Congresso, seu destino é duvidoso e põe riscos às negociações com o FMI

A previsão oficial de que a inflação pode chegar aos 13 por cento este mês — as extra-oficiais admitem até 15 por cento — e a resistência do Governo em pagar aos bancos credores externos os prejuízos que tiveram com a quebra dos bancos Comind, Auxiliar e Maisonnave podem lançar nuvens sombrias sobre o destino do pacote econômico com o qual o Governo pretende negociar com os credores internacionais e o FMI, após o mesmo ser aprovado pelo Congresso. Amanhã em Washington, o ministro Dilson Funaro, da Fazenda, discutirá com o secretário do Tesouro dos EUA, as metas da política econômica da Nova República que não atenderão às exigências monetaristas de eliminação do déficit operacional do setor público que este ano poderá alcançar até 2,5 por cento do Produto Interno Bruto.

A inflação ascendente aprofunda a preocupação oficial com o controle do déficit operacional do setor público e a resistência necessária contra os credores externos lançam dúvidas sobre a próxima negociação de uma possível nova prorrogação dos créditos interbancários e de curto prazo que vencerão em 17 de janeiro, pois o Governo não alimenta esperanças de que o FMI aprove o seu programa a tempo de proporcionar uma negociação do total da dívida conforme um plano trienal.

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

A necessidade de adotar uma política de recuperação das tarifas do setor público não está gerando consenso entre o Governo e as empresas estatais que estão levando reivindicações consideradas impossíveis de serem implementadas sem causar pressões insuportáveis na taxa de inflação. As empresas pressionam para ganhar um reajuste capaz de cobrir os prejuízos calculados em Cr\$ 21 trilhões que tiveram com o cancelamento das tarifas feito pelo ex-ministro Francisco Dornelles. A alternativa à tarifa também não está sendo aceita pelo Governo conforme reivindicam as empresas. Elas reivindicam uma taxa de investimento compensadora para o próximo ano como forma de compensação, mas o ministro da Fazenda as tem rechegado contra — argumentando que o nível de investimento que desejam inviabiliza o controle do déficit operacional do setor público. O Governo trabalha com um leque de opções para as estatais que vai da previsão de um déficit operacional de Cr\$ 20 trilhões a um superávit operacional de Cr\$ 40 trilhões. Até o próximo dia 10, fixará os parâmetros de gastos e investimentos das empresas, mas pretende que os mesmos sejam compatíveis com a previsão de uma inflação de 160 por cento, parâmetro para as metas do programa econômico que será encaminhado provavelmente na próxima semana ao Congresso.

POLITICA AGRICOLA

Além da indefinição de uma política tarifária para as empresas estatais compatível com o controle da inflação, causa intensa preocupação ao ministro da Fazenda o comportamento dos preços agrícolas que estão fora de controle. A ausência de estoques reguladores e a seca contribuem para dificultar o controle dos preços e favorece a ação dos especuladores. O Governo recorreu à importação de alimentos básicos para conter os especuladores. Estes, entretanto, segundo João Luis da Silva Dias, secretário executivo

de Abastecimento e Preços (SEAP), estão fazendo todo o tipo de boicote no mercado, como ocorreu esta semana em relação ao milho.

Com a escassez do produto, os especuladores fizeram estoques pagando até Cr\$ 65 mil a saca na bolsa de cereais. Após a importação, os preços recuaram entre Cr\$ 45 mil e Cr\$ 50 mil. “Fatalmente terão prejuízos”, diagnosticou João Luiz. Para evitá-los, ressaltou, lancam todos os tipos de boicote como dizer que a Companhia de Financiamento da Produção suspendeu a oferta do produto nos pregões. O objetivo é especular com o preço de Cr\$ 60 mil a saca para não perder dinheiro. Outro tipo de boicote, lembrou, é espalhar que o milho importado está estragado, como ocorreu recentemente com o arroz. Face a essa ação especulativa, torna-se difícil, reconheceu, reduzir as pressões inflacionárias.

Para apagar o incêndio da especulação o Governo promete intensificar as importações e fixar uma política agrícola que contemple a normalização dos estoques reguladores e do abastecimento. Entretanto, a estilagem que está ocorrendo em importantes regiões produtoras de Minas Gerais, São Paulo e Paraná não trabalha a favor da política oficial. Assim, com a obrigação de intensificar as importações e colocar dinheiro no setor para cobrir os prejuízos da seca novas dificuldades surgem no caminho do controle da inflação. Há dois meses que a principal pressão sobre o déficit de caixa tem sido os desembolsos para o setor agrícola.

RETOMADA DA ECONOMIA

A recuperação dos salários e o crescimento das vendas da indústria e do comércio também contribuem para pressionar a inflação. O aumento da produção industrial não está, por enquanto, contribuindo para reduzir os preços. O argumento dos assessores econômicos do ministro Funaro é de que com a retomada a produção aumentaria e os preços cairiam. Entretanto isso não aconteceu até agora. A justificativa oficial tem sido de que os empresários estão tendo



Funaro luta em duas frentes: para superar as restrições políticas internas ao pacote e para vencer as objeções às diretrizes econômicas

“o olho maior do que a barganha” e desejam recuperar o tempo perdido com o aumento de preços. A indústria farmacêutica é o exemplo mais patente, segundo o secretário para preços industriais da Sepal, Luiz Roberto Cunha.

Some-se a essas pressões mais outra pressão, a provocada pelo crescimento das exportações. A receita em dólares da exportação transformada em cruzeiros pressiona a liquidez interna que leva o Governo a enxugá-la oferecendo taxas de juros oficialmente ainda consideradas muito altas. E desejo do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, desvincular o câmbio de variação da inflação externa. Mas, isso somente será possível se houver uma queda mais acentuada do dólar, o que ainda não está ocorrendo conforme o previsto. Enquanto isso, o Governo convive com a pressão inflacionária produzida pela rigidez da política cambial voltada para o fortalecimento das exportações.

GOTA D'AGUA

Não bastasse os contratempos provocados pela resistência da inflação que está favorecendo os argumentos monetaristas defensores de um ajuste econômico e estimulando o governo dos EUA a pressionar o governo a aceitar o Plano Baker para sanear as finanças públicas, novas pressões externas serão colocadas no caminho do programa econômico que, segundo o ministro Funaro, o presidente Sarney encaminhará na próxima terça-feira ao Congresso. Trata-se, agora, da resistência oficial de garantir os débitos dos bancos Comind e Auxiliar no exterior. Ela está provocando a ira dos banqueiros que pressionarão o governo norte-americano a tomar providências. Em 82 quando o País enfrentou uma crise cambial e não pode pagar os juros foi preciso o empréstimo-ponte do Governo Reagan para salvar a situação.

Agora, um dos principais argumentos utilizados pelos banqueiros para pressionar o Governo a pagar os prejuízos provocados pelo Comind e o Auxiliar é o de que o enfraquecimento e morte dos bancos falidos decorreram da crise das finanças públicas brasileiras.

Entretanto, o Governo tem pronto o contra-argumento: ninguém ganhou mais dinheiro no País nos cinco anos de recessão dos que os bancos. Ao entrar em colapso cambial com a quebra do balanço de pagamentos a partir de 82, quem mais faturou foram os bancos com o crescimento vertiginoso das taxas de juros. Se nos anos anteriores à quebra do balanço os bancos faturaram firme com o endividamento externo, instrumento principal da estratégia do programa de substituição de importações, na crise não perderam, continuaram faturando com a escassez do crédito, beneficiando-se com as altas taxas de juros e o crescimento do mercado financeiro aos quais recorreram as grandes empresas para se compensarem da redução dos lucros operacionais. E por isso que o ministro da Fazenda, agora, pretende cobrar mais tributos sobre os lucros não-operacionais, para ver se consegue inverter a tendência anterior de buscar o lucro na especulação financeira.

O ministro da Fazenda está certo de que será indagado pelas autoridades norte-americanas, amanhã, em Washington, sobre a saúde financeira do mercado financeiro interno. A indagação será difícil de responder porque o Governo da Nova República reconhece, segundo uma fonte oficial, que não há segurança em um mercado sobre o qual pode atuar o fator psi-

cológico que influi no comportamento da população. O que mais causou temor às autoridades econômicas foi o perigo do surgimento de um estado de pânico na população capaz de fazê-la correr aos bancos retirar seus depósitos para depositá-los ou no Bradesco ou no Banco do Brasil, fato que lançaria imediato desequilíbrio nas finanças públicas, aprofundando-o.

Outro contra-argumento do Governo para rechaçar as pressões dos credores externos: a estabilidade do sistema financeiro interno está se firmando devido à retomada da economia. Os empréstimos ao setor produtivo estão crescendo. Há confiança na possibilidade de expansão dos negócios. A Nova República impôs, no julgamento do Ministério da Fazenda, moralidade nos negócios públicos na medida do possível e a população está correspondendo. Em clima de recessão econômica não seria possível evitar o pânico da quebra do Comind, do Auxiliar e do Maisonnave. Uma razão para justificar que seria inconveniente ao País submeter-se à terapia ortodoxa do Fundo Monetário Internacional.

Mais outra justificativa oficial: submeter à terapia ortodoxa significará gerar intranquilidade maior ao sistema financeiro. Haveria maiores perigos à saúde do sistema, maiores possibilidades, portanto, de quebra de bancos que com a retomada do crescimento conseguem gradualmente recompor-se de prejuízos obtidos com especulações semelhantes às que levaram os bancos à falência na última semana.

A principal lição que o Governo colheu da quebra dos três bancos é que tornou-se absolutamente necessário, conforme ressaltou a fonte oficial, que a política econômica precisa servir aos propósitos do capital produtivo em primeiro lugar porque não é conveniente o seu enfraquecimento, na medida do seu aprofundamento serve para colocar em risco as atividades financeiras em geral, lançando pânico no mercado.

PRESSÃO EXTERNA

Como o Governo ainda enfrenta um déficit público correspondente a quase 2,5% do Produto Interno Bruto, conforme admite Luiz Gonzaga Belluzzo, a pressão dos credores para receber os créditos devidos pelo Comind e Auxiliar, via Banco Central, está sendo feita com o argumento de que o déficit ao debilitar as finanças públicas debilita também os bancos que são os instrumentos utilizados para financiar diariamente a dívida pública através do open marketing. Rolar Cr\$ 100 trilhões de dívidas anualmente impede que os compromissos financeiros do Estado sejam pagos em dia e coloca em risco atividades dos setores produtivos que têm no Estado seu principal financiador como foi o caso da indústria de navegação que está praticamente falida. Consta que o Comind tomou um prejuízo de Cr\$ 100 bilhões com a falência da Sunamam.

Atualmente a dívida do Governo aos bancos privados supera os Cr\$ 2 trilhões. Desde junho o Governo tem prorrogado várias vezes o pagamento de dívidas oficiais aos bancos. O ex-ministro Francisco Dornelles fixou duas datas, em agosto e setembro, para saldar os compromissos e no vencimento prorrogou-as novamente. Na semana retrasada, o empresário Olacir de Moraes, o maior plantador de soja do País e investidor em atividades diversas, reuniu-se com o ministro para tentar receber dívidas em atraso do Metrô de São Paulo, mas levou de volta promessas. A promessa de Dornelles ainda não foi cumprida por Funaro.